

N.F. Nº - 281392.0146/21-3
NOTIFICADO - GUILMAR COTRIM RIZÉRIO
NOTIFICANTE - PAULO CÂNCIO DE SOUZA
ORIGEM - INFAZ ITD
PUBLICAÇÃO – INTERNET – 30.09.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0342-06/21NF-VD

EMENTA: ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. Documentos anexados pelo Defendente elidem a acusação fiscal. ITD exigido pela fiscalização estadual foi recolhido, em processo de partilha, anteriormente à lavratura da Notificação. Na Informação Fiscal, o Notificante acata os fatos arguidos pelo Impugnante, expressamente concordando que o imposto já foi quitado. Comprovado que o imposto exigido era de competência de outra Unidade da Federação. Infração insubsistente. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 24/02/2021, exige do Notificado ITD no valor de R\$7.426,49, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 41.01.01: falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos.

Enquadramento Legal: art. 1º, inciso III da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 18 a 51), por meio de advogado, inicialmente reproduzindo o conteúdo do lançamento e alegando a tempestividade da Impugnação. Prossegue afirmando que, na Declaração de Renda Pessoa Física – DIRPF/2016, ano calendário 2015, informou no “Campo 10” da aba “Rendimentos Isentos e Não Tributáveis” a transferência patrimonial decorrente do falecimento da sua esposa, Sra. Terezinha Fatima Tomazi. Fato que foi aperfeiçoado por meio da lavratura da correspondente Escritura Pública de Inventário e Partilha em 23/03/2015. Aduz que, conforme “item 4” da Escritura, coube ao Contribuinte o recebimento de um apartamento residencial e uma vaga de garagem localizados no Município de São Paulo/SP e que, nos termos do “item 3” do mesmo documento, a avaliação do imóvel foi de R\$136.273,00 e a vaga de garagem foi de R\$75.912,67, perfazendo um total de R\$212.185,67.

Repisa que o imóvel herdado está situado no Município de São Paulo, de forma que, nos termos do art. 155, §1º, I da CF/88, o ITCMD incidente sobre a operação é devido e foi recolhido para o Estado de São Paulo. Portanto, considera indevida a cobrança deste crédito tributário pelo Estado da Bahia, configurando bitributação.

Finaliza a peça defensiva requerendo o recebimento e processamento da defesa, assim como o julgamento pela improcedência da Notificação Fiscal.

Na Informação fiscal de fl. 54, o Notificante inicialmente reproduz o conteúdo do lançamento e da argumentação do Notificado. Esclarecendo que, ao analisar a documentação apresentada na

Impugnação verificou que, de fato, o Notificado foi o viúvo meeiro no espólio da Sra. Terezinha Fátima Tomazi e que o quinhão deste foi de 50% de um imóvel e uma garagem, situados no município de São Paulo, avaliados, respectivamente, por R\$136.273,00 e R\$75.912,67, totalizando o montante de R\$212.185,43.

Finaliza a informação pugnando pela improcedência total do lançamento, vez que concluiu que o lançamento constante na DIRPF supracitada se refere a fato gerador do ITCMD para o Estado de São Paulo, não havendo imposto a ser exigido pelo Estado da Bahia.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ITD no valor de R\$7.426,49 e é composta de 01 (uma) infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de créditos. O Contribuinte declarou uma doação recebida de R\$212.185,67 no Imposto de Renda, ano calendário 2015, sendo intimado via Aviso de Recebimento – AR, com retorno postal.

Registre-se que a SEFAZ/BA tomou conhecimento da doação a partir de dados informados pela Receita Federal, através de Convênio de Cooperação Técnica.

Cumprir destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais, e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, o Notificado alega que, na Declaração de Renda Pessoa Física – DIRPF/2016, ano calendário 2015, informou transferência patrimonial decorrente do falecimento da sua esposa, Sra. Terezinha Fatima Tomazi. Fato que foi aperfeiçoado por meio da lavratura da correspondente Escritura Pública de Inventário e Partilha em 23/03/2015. Aduz que se tratava do recebimento de um apartamento residencial e uma vaga de garagem localizados no Município de São Paulo/SP e que, nos termos do “item 3” do mesmo documento, a avaliação do imóvel foi de R\$136.273,00 e a vaga de garagem foi de R\$75.912,67, perfazendo um total de R\$212.185,67. Como os bens estão situados em São Paulo, o ITCMD incidente sobre a operação é devido e foi recolhido para o Estado de São Paulo, considerando indevida a cobrança deste crédito tributário pelo Estado da Bahia, por configurar bitributação.

Em suma, na Informação fiscal, o Notificante esclareceu que, ao analisar a documentação apresentada na Impugnação, verificou que o Notificado foi o viúvo meeiro no espólio da Sra. Terezinha Fátima Tomazi; que o quinhão deste foi de 50% de um imóvel e uma garagem, situados no município de São Paulo, avaliados, respectivamente, por R\$136.273,00 e R\$75.912,67,

totalizando o montante de R\$212.185,43. Finaliza a informação pugnando pela improcedência total do lançamento, vez que concluiu que o lançamento constante na DIRPF supracitada se refere a fato gerador do ITCMD para o Estado de São Paulo, não havendo imposto a ser exigido pelo Estado da Bahia.

Compulsando os documentos constantes nos autos, em particular; 1) cópia da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF/2016, ano calendário de 2015 (fls. 44 a 51), do Sr. GUILMAR COTRIM RIZÉRIO, na qual, de fato, consta uma transferência patrimonial, no valor de R\$212.185,67 (fl. 45), oriunda do espólio da Sra. TEREZINHA FATIMA TOMAZI; e 2) Cópia da Escritura Pública de Inventário e Partilha, lavrada em 27/03/2015, na qual consta a divisão de bens, situados no município de São Paulo, em favor do Notificado, no montante de R\$212.185,67 e a menção do respectivo recolhimento do ITCMD (fls. 23 a 28), não restam dúvidas que o imposto exigido na presente Notificação Fiscal, já havia sido quitado, assim como que se demonstra indevida a exigência, haja vista os bens partilhados, em favor do Notificado, estarem localizados em outra Unidade da Federação.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **281392.0146/21-3**, lavrada contra **GUILMAR COTRIM RIZÉRIO**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 09 de setembro de 2021

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR